

EXMO. SR. CONSELHEIRO WANDERLEY ÁVILA – 2ª CÂMARA DO TRIBUNAL
DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Agravo nº 1.144.895

WR DISTRIBUIDORA E INDUSTRIA TEXTIL LTDA., empresa já qualificada nos autos do Agravo em epígrafe, vem perante V. Exa., por meio de seu procurador abaixo assinado, expor e requerer o que se segue:

Conforme exposto nas razões de Agravo, a WR Distribuidora e Indústria Textil Ltda. se sagrou vencedora do Pregão Presencial nº 02/2023 promovido pela Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí – AMESP, cujo objeto consiste no Registro de Preços para a *“contratação de empresa especializada para fornecimento de acessórios e materiais esportivos aos municípios que compõem a Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí – AMESP”*.

O critério de julgamento utilizado foi o de menor preço global por lote único, sendo certo que a licitação teve **competitividade ampla e acirrada**, o que propiciou **enorme economia (vantajosidade)** à Amesp/órgãos participantes, com uma ***redução superior a R\$ 13.500.000,00 (treze milhões e quinhentos mil reais)*** entre o valor de referência (R\$ 86.529.375,64) obtido mediante pesquisa de mercado realizada pela AMESP (valor estimado) e a proposta final vencedora (R\$ 73.007.875,05) formulada pela empresa WR Distribuidora e Indústria Textil Ltda. após a fase de lances. Vide ranking do processo licitatório¹:

¹ A proposta original da Agravante foi de R\$ 75.849.139,03, sendo que após a fase de lances o valor foi reduzido para R\$ 73.007.875,05, ou seja, uma considerável diferença de R\$ 2.841.263,97.

Fornecedor	Localização	Valor Unitario
WR Distribidora e Industria Textil Ltda.	Três Corações/MG	R\$ 73.007.875,05 R\$ 75.849.139,03 (valor original antes dos lances)
Esporte Vale Comercial da Artigos Esportivos Ltda. ME	São José dos Campos/SP	R\$ 73.800.000,00 R\$ 78.995.093,50 (valor original antes dos lances)
Educando Comércio Varejista de Artigos Pedagógicos Ltda.	Feliz/RS	R\$ 79.583.463,00

Não obstante a aludida e manifesta vantajosidade, verificou-se, na proposta final vencedora apresentada pela WR, que os valores individuais propostos estavam acima dos pesquisados pela AMESP em 3 (três) dos 145 (cento e quarenta e cinco) itens licitados, circunstância inclusive apontada no acórdão agravado², quais sejam:

Item	Pesquisa de mercado feita pela AMESP	Proposta final apresentada pela WR
137	R\$ 2.397,43	R\$ 3.316,29
139	R\$ 2.181,71	R\$ 2.796,50
144	R\$ 511,31	R\$ 717,31

Pois bem, a fim de que não paire qualquer margem de dúvida acerca da vantajosidade e economicidade do certame **também sob o ponto de vista dos itens considerados individualmente**, a WR, de forma **voluntária**, e em caráter **irrevogável e irretratável**, diligenciou junto à AMESP (documento em anexo) a fim de que houvesse a **redução dos preços individuais de tais itens** para os mesmos valores por ela cotados em resposta à pesquisa de preços realizada na fase interna da licitação, assim sendo:

² Embora o acórdão agravado tenha mencionado que o item 24 também fora registrado acima do preço pesquisado pela Amesp, tal conclusão foi fruto de indução a erro gerado por equívoco ocorrido no cálculo do valor médio do aludido item na pesquisa de preços feita pela AMESP no bojo do procedimento licitatório, sendo certo que o **valor correto do item 24 é R\$ 187,79** e não R\$ 87,79 [média entre as cotações de R\$ 179,24 (Fortumel Produtos), R\$ 215,09 (AR 3 Sports) e R\$ 169,04 (WR)].

Item	Resposta da WR à pesquisa de mercado feita pela AMESP
137	R\$ 2.253,71
139	R\$ 1.936,23
144	R\$ 460,26

Considerando-se tal fato, foi promovido **aditamento à ata original de registro de preço contemplando a redução dos valores dos citados itens** (documento em anexo), não se podendo olvidar que, conseqüentemente, o valor global final também foi reduzido em R\$ 1.416.935,00 (um milhão, quatrocentos e dezesseis mil, novecentos e trinta e cinco reais), **aumentando, portanto, a economia/vantajosidade**, entre o valor final praticado pela WR e a pesquisa de preços feita pela AMESP, de aproximadamente R\$ 13.500.000,00 para quase **R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais)**, senão veja-se:

Item	Quantidade	Valor global com o preço da proposta vencedora	Valor global com o preço retificado/reduzido	Diferença
137	650	R\$ 2.155.588,50	R\$ 1.464.911,50	R\$ 690.677,00
139	650	R\$ 1.817.725,00	R\$ 1.258.549,50	R\$ 559.175,50
144	650	R\$ 466.251,50	R\$ 299.169,00	R\$ 167.082,50
DIFERENÇA TOTAL A MENOR				R\$ 1.416.935,00

Importante frisar que a **redução de valores praticados pelo licitante vencedor em benefício do Poder Público é medida legalmente possível e salutar em prol do interesse público**, podendo ser realizada na ata de registro de preços (artigos 17 e 18 do Decreto Federal nº 7.892/2013) ou mesmo na vigência dos contratos administrativos.

Desse modo, em conclusão, tem-se aqui o seguinte e inequívoco cenário:

- **o preço global final proposto pela WR foi inferior ao dos concorrentes;**
- **os preços unitários (por item) propostos pela WR foram, sem exceção, inferiores aos dos concorrentes;**
- **os preços unitários (por item) propostos pela WR foram, sem exceção, inferiores aos pesquisados pela AMESP na fase interna do certame.**

Ou seja, em termos práticos, no caso presente, a empresa WR se sagraria vencedora independentemente do critério de julgamento utilizado (menor preço global ou por item), haja vista que ela apresentou o **menor preço global** e também apresentou os **menores preços em todos os itens.**

Considerando-se as nuances do caso concreto, portanto, não há razão para a manutenção da suspensão do certame, haja vista, repita-se, que **não houve qualquer prejuízo à competitividade e vantajosidade** na adoção do critério preço global por lote. Tal raciocínio, aliás, está em total sintonia com a jurisprudência desta honrosa Corte de Contas, que prima pelo respeito aos princípios da razoabilidade, proporcionalidade e equidade mesmo em situações comparativamente mais gravosas do que o presente caso:

*“Denúncia. Consórcio Intermunicipal de Saúde. Edital de Pregão Presencial. Critério de Julgamento de Menor Preço Por Lote e Não Por Itens. Irregularidade. Licitação Ocorreu Efetivamente Por Itens. **Preços Obtidos Inferiores Aos Estimados. Ausência de Prejuízo.** (...) 1. A irregularidade permanece, quanto ao critério de julgamento de menor preço por lote e não por itens, porém, deixa-se de aplicar multa por considerar que a licitação ocorreu efetivamente por itens, bem como não consta nos autos impugnação ao edital sobre esta questão, e por fim, **diante da ausência de prejuízo, visto que os preços obtidos foram***

inferiores aos estimados. (...)” (TCEMG – Denúncia nº 912018 – Relator Conselheiro Wanderley Ávila - ementa)

“(…) Ademais, conforme se extrai da Ata do Pregão Presencial nº 063/2013, fls. 89/90, **não houve prejuízo à competitividade e vantajosidade da contratação,** Isso porque **três empresa apresentaram propostas,** o que sinaliza a **existência de competitividade no certame.** E ainda, **o valor da contratação ficou dentro do valor estimado na cotação de preços realizada, o que indica não ter havido comprometimento à vantajosidade** da contratação.(...)” (TCEMG – Denúncia nº 898528 – Relator Conselheiro José Alves Viana – parte do voto condutor)”

“Denúncia. Prefeitura Municipal. Pregão Presencial. Registro de Preços. **Ausência de Dano ao Erário. Aplicação do Princípio da Equidade,** Improcedência. Recomendações.

Julgada improcedente a denúncia, tendo em vista que **as falhas trazidas pelo órgão técnico não têm o condão de macular o processo e que não houve prejuízo ao erário.**” (TCEMG – Denúncia nº 958088- Relator Conselheiro Licurdo Mourão – ementa)

Não bastasse, por sua própria natureza jurídica, é sabido que a ata de registro de preço **não produz quaisquer efeitos concretos automaticamente,** sendo a sua utilização **incerta** e meramente **facultativa,** **não havendo qualquer compromisso de aquisição dos itens licitados,** estando tal condição, inclusive, prevista expressamente no edital:

“4.2. O ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃO PARTICIPANTE não estarão obrigados a utilizarem a Ata de registro de Preços, uma vez que ela não caracteriza compromisso de utilização, podendo revoga-la, ou promover licitação específica quando julgar conveniente nos termos da legislação pertinentes, sem que caiba recurso ou qualquer pedido de indenização por parte da DETENTORA.”

Na verdade, o registro de preços deve ser interpretado como uma **garantia** de se adquirir os itens registrados pelos preços e condições constantes na ata. No caso presente, exemplificando, na hipótese de algum órgão participante intencionar adquirir os itens registrados na ata, ele possui a **opção** de adquiri-los do fornecedor vencedor do certame ou mesmo promover licitação específica para tanto, nos termos do artigo 16³ do Decreto nº 7892/2013. Por sua vez, a adesão dos órgãos não participantes à ata requer justificativa de vantajosidade nos termos do artigo 22⁴ do Decreto nº 7892/2013.

Em suma, a ata de registro de preços deve ser vista como um positivo instrumento de auxílio nas aquisições de bens e serviços pelos entes públicos, notadamente no caso em exame em que restou comprovado que a licitação teve **ampla competitividade e enorme vantajosidade**.

Pelo exposto, requer a agravante a juntada e análise dos documentos em anexo, os quais se mostram hábeis a influenciar no julgamento não só do Agravo, mas também da própria Denúncia.

Nestes termos, pede-se deferimento.

Belo Horizonte, 23 de junho de 2023.

P.p. José Roberto de Mendonça Júnior
OAB/MG 72.060

³ Art. 16. A existência de preços registrados não obriga a administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

⁴ Art. 22. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.